



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

1 **ATA DA TRICENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO**  
3 **GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2025.**

4 Às treze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e  
5 cinco, realizou-se, excepcionalmente, de modo híbrido, a tricentésima nonagésima sétima  
6 sessão ordinária do Conselho Universitário, da Universidade Federal de Mato Grosso. Após  
7 convocação prévia, no dia anterior, por motivo do tempo ter se esgotado, na reunião do dia  
8 anterior, para abordar todos os pontos da pauta. Sob a Presidência da Reitora Marluce  
9 Aparecida Souza e Silva, a reunião contou com a presença dos conselheiros: Alex Brian dos  
10 Santos Coelho, Amailson Sandro Barros, Benedito Rodrigues da Silva Ferraz, Bruno  
11 Bernardo de Araújo, Carlos Cesar Breda, Carlos Eduardo Silva e Sousa, Carlos Humberto da  
12 Silva, Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Cleberson Ribeiro de Jezus, Cyro Matheus Cometti  
13 Favalessa, Danilo Ribeiro da Silva, Denilton Carlos Gaio, Eduardo Eustáquio de Souza  
14 Figueiredo, Eliane Augusto Ndyaié, Eliangela de Lima, Elizabeth Figueiredo de Sá, Elton  
15 Brito Ribeiro, Eralci Moreira Terézio, Evandro Luiz Dall'Oglio, Fabrício Barbosa de  
16 Carvalho, Gracyeli Santos Souza Guarienti, Giseli Alves Silventi, Haya Del Bel, Ilce de  
17 Oliveira Campos, João Bosco Pereira de Souza Cajueiro, Joyce Laura da Silva Gonçalves,  
18 Julian Tacanã, Léia de Souza Oliveira, Leonardo Jesus da Silva, Lisiane Pereira de Jesus,  
19 Luciane de Almeida Gomes, Luzia Machado de Melo, Mara Regina Rosa Ribeiro, Marcelino  
20 Alves Rosa de Pascoa, Marcio Aqui Hoshiba, Marilda Alves da Silva Santos, Marillin de  
21 Castro Cunha Tedesco, Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira, Nádia Alesso  
22 Velloso, Nilton Hideki Takagi, Paula Carvalho Rodrigues, Paulino Simão de Barros, Paulo  
23 César Venere, Priscila Stella Nogueira Munhoz, Rafaela Teles Arantes Felipe, Ranielle  
24 Caroline de Sousa, Reinaldo Gaspar da Mota, Richard de Campos Pacheco, Roberto Perillo  
25 Barbosa da Silva, Rodrigo Marcos de Jesus, Ricardo de Paula Lisita, Rute Cristina Domingos  
26 de Paula, Sandra Jung, Sara Santos de Souza, Silvano Macedo Galvão, Tomires Campos  
27 Lopes e Wladimir Colman de Azevedo Junior. A reunião do Conselho Universitário teve sua  
28 continuidade a partir do ponto de interrupção, na sessão do dia anterior, retomando as falas já  
29 inscritas no item da pauta referente ao caderno orçamentário 2025, constante no processo nº  
30 **23108.027740/2025-57**. Foi pontuado por um dos conselheiros que, antes de deliberar sobre  
31 novas inscrições, seria necessário definir a limitação do tempo de fala, à luz do regimento  
32 interno. A presidência esclareceu que, em razão das dificuldades enfrentadas na reunião  
33 anterior, seria retomada a observância do regimento, estabelecendo tempo de fala de três  
34 minutos, com direito a reinscrição por mais três minutos. Confirmou-se que o cronômetro  
35 apareceria nos dispositivos dos conselheiros, bem como no telão da sala. O conselheiro  
36 Roberto Perillo Barbosa da Silva solicitou a palavra e ponderou que os conselheiros que já  
37 estavam inscritos na reunião anterior deveriam ter direito à fala sem limitação de tempo, uma  
38 vez que, na ocasião, tal restrição não foi aplicada. Considerou injusto que se impusesse  
39 limitação apenas neste momento, sendo prejudicado na sua manifestação, dado que havia se  
40 preparado para uma exposição mais extensa. Registrou, contudo, que não se oporia à  
41 limitação de tempo para novas inscrições, caso fossem abertas. A presidência esclareceu que  
42 todos os conselheiros, inclusive o professor Roberto Perillo, teriam o direito a três minutos de  
43 fala, com possibilidade de reinscrição. O conselheiro reiterou seu entendimento de que, diante  
44 do procedimento adotado no dia anterior, o mais justo seria manter o mesmo critério para os  
45 já inscritos. A presidência acolheu a sugestão e propôs a deliberação da matéria em plenário.  
46 Assim, foram colocadas em votação duas propostas: a proposta 1, de autoria do conselheiro  
47 Roberto Perillo, defendia a continuidade da metodologia adotada na reunião anterior, sem  
48 limitação de tempo para os conselheiros já inscritos, aplicando-se a limitação de três minutos

MA

TB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

49 apenas para eventuais novas inscrições. A proposta 2, de autoria da presidência do Consuni,  
50 propunha a limitação de fala em três minutos para todos os conselheiros, inclusive os  
51 anteriormente inscritos, com direito à reinscrição pelo mesmo período. Durante os  
52 esclarecimentos prévios à votação, foi questionado se as inscrições da reunião anterior haviam  
53 sido encerradas, ao que a presidência confirmou o encerramento das inscrições no dia  
54 anterior. Contudo, pontuou-se que estava sendo considerada a possibilidade de reabertura. Um  
55 conselheiro ponderou que a definição sobre a limitação de tempo deveria preceder a  
56 deliberação sobre a reabertura das inscrições, visto que a ausência de limitação poderia  
57 inviabilizar novas falas. Após os devidos esclarecimentos, passou-se ao processo de votação.  
58 A presidência propôs a utilização da ferramenta de votação eletrônica para todos os  
59 conselheiros, ausentes e presentes, para facilitar a contabilização dos votos. A sugestão foi  
60 bem recebida pelos conselheiros, que destacaram os benefícios da medida quanto à  
61 transparência, controle de quórum e organização da participação. Foram dadas instruções  
62 técnicas aos presentes sobre como acessar e utilizar a ferramenta de votação em celulares e  
63 computadores. Durante o processo, a presidência informou que a lista de presença estava  
64 sendo repassada entre os presentes, solicitando que somente os membros efetivos do Consuni  
65 assinassem. Após confirmação de que todos haviam conseguido votar, foi apresentado o  
66 resultado da votação. A proposta 2, de autoria da presidência, foi aprovada com 24 votos,  
67 enquanto a proposta 1, do conselheiro Roberto Perillo, obteve 22 votos. Assim, foi deliberado  
68 que, a partir daquele momento, as falas dos conselheiros estariam limitadas a três minutos,  
69 com possibilidade de reinscrição pelo mesmo período, conforme prevê o regimento do  
70 Consuni. Dando continuidade à reunião, a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, Léia de Souza  
71 Oliveira, fez uso da palavra, cumprimentando os conselheiros e destacando a qualidade do  
72 debate ocorrido no dia anterior. Ressaltou a importância do momento presente, voltado à  
73 aprovação do caderno orçamentário da universidade. Registrou sua experiência como  
74 conselheira desde 2007, tendo acompanhado diversas discussões orçamentárias, mas apontou  
75 como inédito o pedido de vistas com recomendação de reprovação do orçamento, conforme  
76 apresentado. Enfatizou que, mesmo diante de divergências metodológicas em ocasiões  
77 anteriores, jamais havia sido proposta a não aprovação da peça orçamentária. Comparou a  
78 situação com a recente ameaça de não aprovação da LOA 2025 no Congresso Nacional,  
79 enfatizando que, apesar das divergências políticas, houve compromisso institucional para sua  
80 aprovação, pois, sem isso, o país pararia. Léia destacou que o Consuni é um espaço de  
81 formação política e consciência crítica, e que os conselheiros presentes são comprometidos  
82 com a universidade. Lembrou que somente 20% do orçamento da UFMT se destina a custeio  
83 e investimento, e que a atual gestão tem buscado alternativas para manter a universidade  
84 funcionando, mesmo com severas limitações orçamentárias. Concluiu, afirmando que, sem  
85 aprovação do orçamento, não será possível manter serviços essenciais como pagamento de  
86 bolsas, funcionamento do Restaurante Universitário e contratos terceirizados, requisitando  
87 reinscrição para concluir sua fala. Na sequência, o professor Roberto Perillo iniciou sua  
88 manifestação, saudando os presentes e informando que havia se preparado para contribuir  
89 com a discussão retomada da sessão anterior. Relatou que elaborou um documento contendo  
90 proposições ponto a ponto com base no voto da conselheira Ilce de Oliveira Campos, com o  
91 objetivo de sugerir ajustes e equalizações que permitissem a aprovação da proposta  
92 orçamentária. Sugeriu que tais contribuições fossem incorporadas ao voto da relatora, caso ela  
93 estivesse de acordo, observando que muitas das lacunas identificadas no debate anterior já  
94 haviam sido tecnicamente esclarecidas. Ressaltou seu esforço de síntese, voltado a construir  
95 um caminho de consenso entre os diferentes posicionamentos. A conselheira Lisiane Pereira  
96 de Jesus fez um pedido de esclarecimento, observando que, conforme lido, o voto da relatora  
97 Ilce Campos se posicionava pela reprovação do orçamento, o que impossibilitaria a

MA TB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

98 incorporação de sugestões com vistas à sua aprovação. Indicou, assim, que as proposições do  
99 professor Roberto Perillo talvez deversem seguir por outro tipo de encaminhamento. A  
100 conselheira Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira também se manifestou,  
101 cumprimentando os presentes e reiterando que todos os conselheiros tiveram acesso ao  
102 caderno orçamentário, com oportunidade de análise e apresentação de opiniões. Apontou que  
103 o material foi elaborado pela Proplan e destacou a importância institucional de sua aprovação,  
104 afirmando esperar que o desfecho fosse favorável à universidade. Em seguida, a servidora  
105 Ana Paula, da Proplan, esclareceu que, embora diversas dúvidas técnicas tenham sido sanadas  
106 no dia anterior, ainda precisava se manifestar sobre um ponto específico: o pedido da relatora  
107 de separação do orçamento de investimento do *campus* de Várzea Grande. Informou que,  
108 tecnicamente, não havia obstáculo a tal separação e, caso o conselho aprovasse, a alteração  
109 seria incorporada ao caderno orçamentário. A conselheira Sara Santos de Souza também se  
110 pronunciou, destacando que atua como auxiliar da PRAE e que gostaria de retomar um ponto  
111 do parecer que questiona o valor das bolsas do projeto — R\$ 1.500,00 — comparado aos R\$  
112 700,00 das demais bolsas da universidade. Rejeitou a ideia de que essa comparação  
113 desqualificasse o projeto, afirmando que deveria, ao contrário, evidenciar a defasagem das  
114 demais bolsas. Apontou que muitas vezes o valor atual não cobre sequer o aluguel nas  
115 proximidades dos *campi*, e que projetos com bolsas dignas devem ser fortalecidos. Relembrou  
116 que o aumento do valor das bolsas é uma pauta histórica do movimento estudantil, ressaltando  
117 que a recomposição orçamentária federal recente, embora relevante, ainda é insuficiente  
118 diante das reais necessidades da universidade. Concluiu, afirmando que a UFMT precisa de  
119 financiamento estável e adequado para manter sua qualidade e sua função social. O  
120 conselheiro Carlos Eduardo Silva e Sousa também fez uso da palavra, agradecendo a  
121 oportunidade de contribuir com o debate. Iniciou, destacando a relevância do compromisso  
122 dos membros do colegiado com a universidade, reconhecendo o esforço coletivo em torno de  
123 um tema central para o funcionamento institucional. Reiterou que princípios como  
124 transparência, eficiência, legalidade e governança democrática não são negociáveis, mas  
125 afirmou que, com base na credibilidade do trabalho da servidora Ana Paula e na presunção de  
126 eticidade, era necessário encaminhar um voto de confiança na proposta orçamentária.  
127 Enfatizou que a universidade depende da aprovação do orçamento para continuar operando e  
128 que a proposta em pauta segue a mesma lógica orçamentária adotada anteriormente. Indicou  
129 ter sugestões de encaminhamento, mas solicitou reinscrição para apresentá-las em outro  
130 momento. Seguindo a sequência das manifestações, o conselheiro Wladimir Cólman de  
131 Azevedo Junior cumprimentou a reitora e os colegas, manifestando sua tendência favorável à  
132 aprovação do orçamento. Justificou sua posição com base no apelo da Reitora Marluce,  
133 recém-empossada e na necessidade de continuidade administrativa da universidade. Relatou  
134 experiências anteriores em comissões orçamentárias e salientou que, em anos anteriores,  
135 mesmo sem uma comissão formal, o conselho aprovou o orçamento em condições  
136 semelhantes. Indicou que, embora haja mérito no debate levantado pela conselheira Ilce  
137 Campos, muitos pontos já foram esclarecidos e poderiam ter sido previamente  
138 disponibilizados, o que teria antecipado a conclusão do debate. Referindo-se especificamente  
139 ao projeto de combate à evasão, declarou ser favorável à sua existência e relevância, mas  
140 chamou a atenção para a necessidade de discutir a alocação orçamentária de R\$ 300 mil.  
141 Sugeriu que, em ocasiões futuras, a universidade adote editais mais transparentes e critérios  
142 mais amplos para definição de projetos, como forma de proteger a própria reitoria e fortalecer  
143 a legitimidade das decisões. Concluiu reiterando seu voto pela aprovação do caderno  
144 orçamentário. Em continuidade à reunião, o conselheiro Paulino Simão de Barros dirigiu-se à  
145 presidência e aos demais conselheiros, incluindo o vice-reitor, professor Silvano Macedo  
146 Galvão, destacando a gravidade da situação orçamentária enfrentada pela UFMT, que já se

MA RB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

147 estende por seis meses. Relatou a dificuldade da Prefeitura do *Campus* Universitário em  
148 atender às 62 ordens de serviço (OS) recebidas até o meio-dia do mesmo dia, ressaltando que,  
149 sem orçamento, é impossível adquirir materiais básicos, como brita, areia, cimento ou tinta, os  
150 quais são essenciais para a manutenção da infraestrutura da instituição. Reforçou a  
151 necessidade da aprovação do orçamento para que a universidade possa seguir minimamente  
152 com seu trabalho e concluiu solicitando, mais uma vez, o apoio dos conselheiros na aprovação  
153 do orçamento, enfatizando que “sem orçamento, não se faz nada”. Na sequência, o  
154 conselheiro Eralci Moreira Terézio retomou o debate da reunião anterior. Ressaltou seu  
155 compromisso com a transparência e com a UFMT, da qual se disse participante ativo.  
156 Afirmou entender como urgente a aprovação do orçamento. Em seguida, manifestou-se como  
157 professor e pesquisador da universidade, expressando preocupação com a falta de publicidade  
158 e de processo seletivo em um projeto específico. Destacou que projetos com verba pública  
159 devem passar por chamada pública aberta à comunidade, o que, segundo ele, não ocorreu  
160 neste caso. Salientou que a crítica não era pessoal à professora envolvida no projeto, mas sim  
161 em relação ao processo e à transparência. Questionou ainda se o volume de recursos  
162 atribuídos ao referido projeto seria proporcional à necessidade, uma vez que há diversas  
163 pesquisas já publicadas sobre evasão universitária, inclusive na própria UFMT, como um  
164 estudo da PROPLAN publicado em revista Qualis A1, com revisão por pares. Reforçou que a  
165 ciência deve buscar constantemente novos dados, mas que é preciso avaliar a pertinência e  
166 proporcionalidade dos investimentos. O conselheiro Carlos César Breda iniciou sua fala,  
167 cumprimentando os presentes e comentou que, apesar das dificuldades, os recursos estão  
168 chegando à universidade e sendo aplicados conforme o previsto no orçamento. Disse entender  
169 que o objetivo de todos é alcançar bons resultados e que as divergências fazem parte do  
170 processo democrático. Criticou o fato de não ter sido dada ao professor Roberto Perillo a  
171 oportunidade de apresentar, em plenário, o estudo que realizou sobre o orçamento, salientando  
172 que o mesmo poderia esclarecer dúvidas e contribuir significativamente para a tomada de  
173 decisão do Conselho. Sugeriu que, caso a presidência não considere conveniente permitir tal  
174 apresentação, que a proposta fosse submetida à votação pelo plenário. Acrescentou que uma  
175 eventual reformulação do voto da relatora, com base nas observações do professor Perillo,  
176 poderia ser benéfica, buscando uma votação mais esclarecida e consensual. Finalizou  
177 comentando que, embora estudar a evasão seja importante, o mais relevante é garantir a  
178 permanência dos estudantes por meio de ações concretas. A conselheira Lisiane Pereira de  
179 Jesus fez coro à fala do conselheiro Carlos Eduardo em apoio à aprovação do orçamento.  
180 Relatou sua longa participação nos conselhos superiores da UFMT e destacou que o  
181 orçamento sempre foi um tema complexo e difícil. Reforçou que sua aprovação é essencial  
182 para o funcionamento da universidade, não apenas para a Prefeitura do *Campus*, mas também  
183 para todos os setores, incluindo as unidades acadêmicas, administrativas e os cursos. Lembrou  
184 que o atraso na aprovação da LOA naquele ano já trouxe prejuízos significativos à condução  
185 das atividades da instituição. Enfatizou que, embora as discussões e divergências sobre a  
186 alocação de recursos sejam naturais e recorrentes, a estrutura do orçamento atual seguiu como  
187 ponto de partida o do ano anterior, sem incremento expressivo de recursos. Diante disso,  
188 apelou para a aprovação do orçamento como condição para a continuidade das atividades da  
189 UFMT. O conselheiro Alex Brian dos Santos Coelho manifestou preocupação com o que  
190 chamou de discurso oposicionista disfarçado, levantando questionamentos aos pró-reitores da  
191 antiga gestão sobre a ausência de propostas para aumento das bolsas de pesquisa,  
192 permanência e moradia estudantil ao longo dos anos. Criticou o fato de não ter havido  
193 propostas concretas de recomposição dos recursos da assistência estudantil desde o corte de  
194 R\$ 7 milhões em 2018. Disse considerar que o discurso de defesa dos estudantes por alguns  
195 membros do Conselho era incoerente com a ausência histórica de ações concretas. Questionou

MH RB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

196 também a efetividade dos dados apresentados por certos estudos, ao apontar que a taxa de  
197 sucesso estudantil em 2023 foi de apenas 41%. Argumentou que, além dos dados, é preciso  
198 considerar a realidade vivida pelos estudantes, muitos dos quais enfrentam condições de  
199 extrema vulnerabilidade, como fome e moradias precárias. Reforçou que a ciência e a  
200 pesquisa devem avançar para propor soluções reais, e que já haver pesquisa publicada não é  
201 justificativa para não seguir desenvolvendo novos estudos com foco na aplicação prática e  
202 impacto social. O Conselheiro Carlos Eduardo reiterou sua disposição para buscar uma  
203 solução dialógica. Reconheceu que, apesar das divergências, todos têm como objetivo o  
204 melhor para a UFMT. Propôs, como alternativa de convergência, a criação imediata de uma  
205 comissão mista de orçamento com dupla finalidade: acompanhar a execução orçamentária do  
206 exercício atual e elaborar, com diálogo ampliado, a proposta orçamentária para o ano  
207 seguinte. Ressaltou que uma comissão com tal função poderia contribuir com informações  
208 consistentes e maior qualificação do processo orçamentário. Reconheceu o trabalho da  
209 Proplan e de servidores como Ana Paula dos Santos e da Pró-reitora Marta Cristina de Jesus  
210 Albuquerque Nogueira, destacando a importância da continuidade dos esforços institucionais  
211 para garantir maior transparência e eficiência na gestão orçamentária. Concluiu solicitando a  
212 apreciação da proposta pela presidência como medida de mediação e construção coletiva da  
213 comissão mista em prol do orçamento do próximo ano. Em seguida, a conselheira Ilce  
214 Campos solicitou direito de resposta, alegando ter sido citada pelo conselheiro Alex Brian.  
215 Este, por sua vez, esclareceu que mencionou dados do relatório de vistas e não o nome da  
216 professora, defendendo seu direito de questionar as informações apresentadas. A presidência  
217 concedeu à professora Ilce um minuto para esclarecimentos, durante os quais a conselheira  
218 reforçou que não questionou valores de bolsas, mas sim a metodologia do edital e a ausência  
219 de transparência e de edital público na destinação de recursos próprios da UFMT. Declarou  
220 que sua manifestação foi um questionamento técnico, e não uma acusação pessoal. Na  
221 sequência, a conselheira Léia de Souza Oliveira retomou a palavra para contextualizar críticas  
222 anteriores sobre orçamento da PROGEP feitas durante o período eleitoral, ressaltando que há  
223 uma demanda histórica dos *campi* de Araguaia e Sinop por descentralização dos programas de  
224 capacitação e qualidade de vida. Informou que, mesmo com restrições orçamentárias, a  
225 reitoria autorizou a destinação de recursos para atender essa demanda, garantindo ações nos  
226 *campi* do interior em parceria com a Secretaria de Atenção à Saúde do Servidor (SASS), e  
227 reafirmou seu compromisso com o fortalecimento institucional da UFMT, citando o ex-reitor  
228 Gabriel Novis Neves como inspiração para olhar para o futuro e unir esforços em prol da  
229 universidade. Em seguida, a reitora e presidente do Conselho, professora Marluce, destacou a  
230 construção coletiva do caderno orçamentário em parceria com a PROPLAN, com escutas e  
231 visitas programadas aos *campi* para o planejamento institucional. Reforçou o compromisso da  
232 gestão com a transparência e anunciou que, a partir de julho, será instituída anualmente uma  
233 comissão mista de orçamento, precedida por reuniões de planejamento em junho, como parte  
234 da nova metodologia de trabalho com os diretores de unidades. O conselheiro César Breda  
235 então solicitou que fossem considerados dois encaminhamentos anteriormente feitos: a  
236 apresentação do estudo realizado pelo professor Roberto Perillo antes da votação do  
237 orçamento, e a sugestão de devolução do caderno orçamentário às unidades para análise e  
238 posterior deliberação. A presidência esclareceu que, caso o caderno não fosse aprovado,  
239 haveria reencaminhamento à PROPLAN, e não às unidades, dado que estas não o haviam  
240 recebido previamente, e afirmou que o primeiro encaminhamento – referente à apresentação  
241 do estudo poderia ser colocado em apreciação. O debate seguiu com trocas entre conselheiros  
242 sobre legalidade, imparcialidade e coerência nas decisões do Conselho. Foi esclarecido pela  
243 presidência que o caderno orçamentário, uma vez aprovado, é flexível quanto à inclusão de  
244 recursos extraordinários, mas qualquer modificação deve ser apreciada pelo Conselho com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

245 transparência. Encerrada a votação, foi aprovada a concessão de cinco minutos para a  
246 apresentação do documento pelo conselheiro Roberto Perillo. Dando continuidade,  
247 prosseguiu-se com a manifestação do professor Roberto Perillo, que solicitou autorização para  
248 compartilhar um documento na tela a fim de facilitar o acompanhamento pelos conselheiros.  
249 Informou que, devido ao tempo, pularia as considerações iniciais, que tratavam das  
250 competências do Conselho Universitário, ressaltando que sua proposta não visava apresentar a  
251 verdade absoluta, mas buscar soluções para questões debatidas. Ao abordar o primeiro item  
252 do voto da conselheira Ilce Campos, referente a um projeto EUARE que gerou ampla  
253 discussão na comunidade, o professor destacou que o mérito do projeto de pesquisa não  
254 estava sendo questionado, mas sim a forma como foi encaminhado ao Consuni, uma vez que  
255 historicamente esses projetos, por serem financiados com recursos externos e não de receita  
256 própria, não passavam pelo Conselho. Explicou que, embora tenha havido aporte de R\$  
257 800.000,00 em 2024, sugeria que não fosse realizado novo aporte de R\$ 366.000,00 no  
258 presente momento, considerando que isso não impactaria o orçamento de 2025 e permitiria  
259 atender a outras demandas urgentes. Comentou sobre a taxa de administração praticada pela  
260 Fundação Uniselva, usualmente em torno de 6% a 7%, enquanto no projeto em questão  
261 constava 12%, e sugeriu que a gestão superior negociasse uma redução dessa taxa, o que  
262 poderia gerar economia de até R\$ 70.000,00. Ressaltou, ainda, a necessidade de adequação  
263 contratual, visto que o contrato foi firmado com valor superior ao aporte efetivamente  
264 assegurado, o que pode gerar problemas administrativos. Em relação à Superintendência do  
265 Hospital Universitário Júlio Müller, referiu-se ao histórico de reuniões com a EBSEH e à  
266 necessidade de aporte financeiro para garantir as refeições dos estudantes internos, sugerindo  
267 que, dos R\$ 366.000,00 que deixariam de ser alocados ao projeto, fossem destinados R\$  
268 300.000,00 para essa finalidade. Caso o recurso não fosse integralmente necessário, poderia  
269 ser redirecionado para outras ações. Relatou também a preocupação com demandas judiciais  
270 relacionadas a auxílios para residentes médicos e ressaltou a importância de previsões  
271 orçamentárias para evitar transtornos. Abordou a questão da redução de R\$ 140.000,00 na  
272 rubrica destinada aos intérpretes de Libras em comparação ao ano anterior e sugeriu a  
273 recomposição parcial desse valor por meio da redução de outras rubricas, como eventos e  
274 locomoção, indicadas no documento apresentado. Destacou ainda a importância de recompor  
275 o montante de R\$ 35.000,00 anteriormente destinado a visitas técnicas e elaboração de laudos  
276 de insalubridade nos *campi* do interior, lembrando que esse valor havia sido incluído no  
277 caderno anterior a pedido das unidades. Argumentou que esse recurso poderia ser coberto  
278 com parte do saldo remanescente dos R\$ 366.000,00. Ao final de sua fala, pontuou a  
279 necessidade de detalhamento de investimentos na LOA e sugeriu ajustes nas propostas  
280 conforme apontamentos da conselheira Ilce Campos. Citou a ausência do Instituto de Química  
281 de Cuiabá no caderno orçamentário, afirmando que, conforme esclarecimento da técnica Ana  
282 Paula, seria possível incluir a unidade mediante comparação com institutos similares.  
283 Defendeu ainda que a distribuição de recursos seguisse a lógica da matriz de alocação já  
284 validada por comissão anterior, incluindo percentuais para recomposição, distribuição e  
285 cortes. Finalizou, sugerindo que eventual saldo remanescente fosse destinado a uma reserva  
286 técnica ou outra rubrica considerada relevante pelo pleno. Agradeceu a presidente Marluce  
287 pela escuta e contribuição no processo. Em seguida, a presidência agradeceu a manifestação  
288 do professor Roberto Perillo, informou que o documento apresentado seria disponibilizado a  
289 todos os conselheiros e declarou que o caderno orçamentário seria colocado em votação o  
290 parecer de vista. A conselheira Ilce Campos, relatora de vista, solicitou que fosse realizada  
291 votação nominal. Após um período de discussão, colocou essa alternativa em votação, que  
292 resultou em aprovação por 30 votos favoráveis, 10 votos contrários e duas abstenções. Desse  
293 modo estabelecido, iniciou-se a votação nominal seguindo a lista de presença, organizada pela

MA 113



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

294 Secretaria dos Órgãos Colegiados, em ordem alfabética. Antes de iniciar, informou-se a  
295 participação de 48 conselheiros na reunião. Quanto aos votos favoráveis ao voto vista da  
296 conselheira Ilce de Oliveira Campos, foram totalizados 15 votos, manifestados pelos seguintes  
297 conselheiros: Bruno Castro, Carlos Cesar Breda, Cyro Matheus Cometti Favalessa, Eliangela  
298 de Lima, Elton Brito Ribeiro, Eralci Moreira Terézio, Evandro Luiz Dall'Oglio, Giseli Alves  
299 Silventi, Gracyeli Santos Souza Guarienti, Ilce de Oliveira Campos, Julian Tacanã, Marcelino  
300 Alves Rosa de Pascoa, Nádia Alesso Velloso, Nilton Hideki Takagi e Roberto Perillo Barbosa  
301 da Silva ; obteve-se 34 votos pela não aprovação do voto vista da relatora pelos seguintes  
302 conselheiros: Alex Brian dos Santos Coelho, Amailson Sandro Barros, Bruno Bernardo de  
303 Araújo, Carlos Eduardo Silva e Sousa, Carolina Akie Ochiai Seixas Lima, Cleberson Ribeiro  
304 de Jesus, Danilo Ribeiro Silva, Eduardo Eustáquio de Souza Figueiredo, Eliane Augusto  
305 Ndyaié, Elizabeth Figueiredo de Sá, Haya Del Bel, João Bosco Pereira de Souza Cajueiro,  
306 Joyce Laura da Silva Gonçalves, Léia de Souza Oliveira, Leonardo Jesus da Silva, Lisiane  
307 Pereira de Jesus, Luciane de Almeida Gomes, Luzia Machado de Melo, Mara Regina Rosa  
308 Ribeiro, Marilda Alves da Silva Santos, Marillin de Castro Cunha Tedesco, Marta Cristina de  
309 Jesus Albuquerque Nogueira, Paula Carvalho Rodrigues, Paulino Simão de Barros, Paulo  
310 César Venere, Priscila Stella Nogueira Munhoz, Rafaela Teles Arantes Felipe, Ranielle  
311 Caroline de Sousa, Reinaldo Gaspar da Mota, Ricardo de Paula Lisita, Rodrigo Marcos de  
312 Jesus, Rute Cristina Domingos de Paula, Sara Santos de Souza, e Wladimir Colman de  
313 Azevedo Junior. Ao término da votação nominal, a presidente anunciou o resultado, sendo  
314 uma abstenção, 15 votos favoráveis ao voto vista e 33 votos contrários ao voto vista.  
315 Mediante o resultado da reprovação do voto vista da relatora Ilce Campos pela maioria dos  
316 conselheiros, conseqüentemente, passou-se à votação do Caderno Orçamentário/2025. Nessa  
317 próxima etapa de votação, não foi realizada votação nominal, apenas por enquete. Em  
318 votação, obteve-se o resultado da aprovação do Caderno Orçamentário de 2025, com 30 votos  
319 favoráveis, 13 votos contrários e cinco abstenções. Em continuidade à reunião, foi iniciado o  
320 julgamento do processo nº **2318008484/2025-07**, de relatoria do conselheiro Guilherme  
321 Mateus da Silva, referente à solicitação de concessão de láurea acadêmica à discente Fernanda  
322 Roberta Zimer de Lima, do curso de Geografia – Bacharelado. Tendo em vista a ausência do  
323 relator por motivo de saúde, o parecer foi lido pela conselheira Marillin de Castro. O relatório  
324 destacou que a solicitação foi devidamente instruída pela coordenação de curso e aprovada  
325 pela Congregação do Instituto de Geografia, História e Documentação, conforme parecer da  
326 professora Adriana Queiroz do Nascimento Pinhorate. Foram analisados e confirmados todos  
327 os critérios estabelecidos pela Resolução Consuni nº 109, de 26 de abril de 2023, entre os  
328 quais: conclusão do curso no período vigente (2024/2), ausência de reprovações e de  
329 penalidades disciplinares, coeficiente de rendimento igual ou superior a 9, sendo neste caso  
330 9,19, além da pontuação mínima de 4 em desempenho acadêmico, tendo a discente alcançado  
331 8,4 pontos. A pontuação distribuiu-se nos eixos: ensino (1,9), pesquisa (2,25), extensão (2,5) e  
332 representação estudantil (1,75), atendendo às exigências da resolução. O relator concluiu que  
333 a discente preenche todos os critérios objetivos e subjetivos e votou favoravelmente à  
334 concessão da honraria. O voto foi submetido à apreciação do plenário e aprovado por  
335 unanimidade, sendo registrada a aprovação da láurea acadêmica à discente Fernanda Roberta  
336 Zimer de Lima, com congratulações por seu mérito. Na sequência, passou-se à análise do  
337 processo nº **2318.078015/2024-66**, que trata da proposta de Regimento Interno da Faculdade  
338 de Medicina Veterinária do *campus* de Sinop, sob relatoria do conselheiro Vladimir Coman  
339 de Azevedo Júnior. O relator informou que o texto da minuta foi aprovado pela Congregação  
340 da unidade em reunião extraordinária realizada em 9 de dezembro de 2024. Após análise  
341 técnica, foram sugeridos ajustes pontuais para adequação ao Estatuto da UFMT, os quais  
342 foram acolhidos pela congregação da unidade. Destacou-se, entre as alterações, a inclusão do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

343 processo eletivo para o cargo de diretor adjunto, originalmente previsto como nomeação  
344 direta. A versão final da minuta contém 28 artigos organizados em cinco títulos, abordando as  
345 disposições preliminares, objetivos institucionais, estrutura organizacional, funcionamento e  
346 atribuições das instâncias administrativas e acadêmicas. O parecer concluiu que a minuta  
347 apresenta redação adequada, alinhada aos princípios institucionais da UFMT, garantindo  
348 instâncias deliberativas e consultivas com composição representativa, formas de gestão  
349 compatíveis com o Estatuto da instituição e respeito às competências dos conselhos  
350 superiores. Assim, o conselheiro Vladimir Junior votou favoravelmente à aprovação da  
351 minuta do regimento. Durante a apreciação do voto, a conselheira Marilim de Castro solicitou  
352 inscrição para manifestação. Informou ter analisado o regimento proposto, ressaltando que  
353 este tomou como base o regimento da Faculdade de Medicina Veterinária de Cuiabá,  
354 aprovado em 2018, mas incorporou modificações significativas, como a previsão de eleição  
355 para diretor e diretor adjunto com pesos 70/15/15, critério não previsto no regimento original.  
356 Ressaltou a ausência de um regimento interno da universidade como um problema  
357 institucional e informou que entidades representativas estão elaborando um manifesto em  
358 defesa da paridade e solicitando o início desse debate no âmbito institucional. Diante disso, a  
359 conselheira manifestou preocupação com a aprovação de um regimento que já vincula regras  
360 eleitorais sem discussão mais ampla e defendeu que os processos eleitorais sejam definidos  
361 pelas comissões locais, em respeito à autonomia universitária e à democracia interna.  
362 Considerando essas questões, solicitou vistas ao processo para aprofundar o debate na  
363 próxima reunião. O pedido de vistas foi concedido. Na sequência, passou-se à apreciação do  
364 processo nº **23180.045074/2024-58**, de interesse do discente Luís Fernando Rogério, referente  
365 ao recurso interposto contra a decisão de exclusão do curso de mestrado em Saúde Coletiva.  
366 A relatoria coube à conselheira Priscila Stella Nogueira Munhoz, que apresentou seu voto de  
367 vista. Iniciando sua manifestação, a conselheira esclareceu que seu pedido de vista não teve  
368 como objetivo obstruir ou atrasar o trâmite regular do processo, mas sim assegurar o  
369 adequado exame técnico e factual dos autos, tendo em vista que ingressara recentemente no  
370 Conselho justamente na data em que o processo fora inicialmente pautado. Destacou que sua  
371 responsabilidade como representante do segmento discente da pós-graduação exigia uma  
372 deliberação informada e responsável. Informou que o voto já estava concluído desde o  
373 momento em que teve acesso à íntegra dos autos, mas que não o apresentou nas reuniões  
374 anteriores por questões técnicas e administrativas alheias à sua atribuição. Com base na  
375 análise detalhada do processo disciplinar, a conselheira apresentou voto de vista com  
376 ressalvas e recomendações complementares. Relatou que a apuração teve origem em denúncia  
377 apresentada por docente da instituição, que acusou o discente de gravar aula sem autorização,  
378 manipular trechos da fala, usar indevidamente imagens e divulgar publicamente vídeos com  
379 falas editadas e acompanhadas de comentários de teor irônico e depreciativo, além da  
380 publicação de crônica em veículos de imprensa. Verificou-se que todas as etapas do processo  
381 disciplinar seguiram os trâmites legais e regulamentares. A conselheira concordou com a  
382 regularidade da instrução e com o mérito da penalidade, entendendo que os atos praticados  
383 pelo discente ultrapassaram os limites da crítica legítima, configurando-se como ação  
384 intencional de exposição e constrangimento de docente, comprometendo os princípios de  
385 urbanidade e respeito que regem a vida universitária. Considerou ainda que tais práticas se  
386 assemelham a estratégias de ataque à liberdade acadêmica observadas em contextos  
387 autoritários, especialmente por grupos de extrema-direita. Diante da gravidade da situação,  
388 votou pelo acolhimento da penalidade de exclusão do discente Luís Fernando Rogério.  
389 Entretanto, ressaltou que a responsabilização deve estar sempre acompanhada de princípios de  
390 justiça, isonomia e cuidado institucional. Denunciou a ausência de uma política institucional  
391 consolidada na UFMT para enfrentamento de assédios e violências de gênero, raça e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

392 orientação sexual, apontando a necessidade de institucionalização de mecanismos confiáveis e  
393 permanentes de escuta, apuração e responsabilização. A conselheira recomendou ainda que: O  
394 Consuni delibere pela aprovação da exclusão do discente, conforme fundamentado; pela à  
395 orientação à Reitoria dê prosseguimento à análise da proposta de política institucional de  
396 prevenção e enfrentamento às violências de gênero e étnico-raciais, apresentada pelas  
397 entidades APG, ADUFMAT, SINTUF e DCE, no processo nº 23108.037092/2024-15, com  
398 acompanhamento pela recém-criada Secretaria de Direitos Humanos; pela recomendação à  
399 Diretoria do Instituto de Saúde Coletiva realize uma atividade de esclarecimento institucional  
400 à comunidade universitária sobre os limites éticos e legais da gravação e divulgação de aulas e  
401 falas docentes, reforçando o respeito à liberdade de cátedra e esclarecendo que a penalidade  
402 aplicada se deu em razão da forma inadequada e vexatória da exposição, e não pela existência  
403 de denúncia de assédio; e que seja desenvolvida uma campanha interna de prevenção às  
404 violências simbólicas de gênero, étnico-raciais e nas mídias digitais, promovendo cultura de  
405 respeito, acolhimento e escuta ativa. A conselheira concluiu, afirmando que o compromisso  
406 da universidade com a justiça e o cuidado deve ser efetivo e permanente, e que o Conselho  
407 Universitário deve se firmar como espaço de deliberação comprometido não apenas com a  
408 responsabilização justa, mas com a construção de uma cultura universitária pautada na ética,  
409 na escuta e na equidade. Encerrando sua manifestação, reforçou que a deliberação sobre esse  
410 caso deve ser tomada como uma oportunidade de avanço institucional coletivo. Em seguida,  
411 foi colocada em apreciação a proposta da conselheira Priscila Stella. Em processo de votação,  
412 o plenário aprovou o voto de vista conforme apresentado, sem manifestações contrárias. A  
413 presidência agradeceu e deu prosseguimento à pauta. Passou-se à apreciação dos processos de  
414 inclusão anunciados no início da reunião anterior (**23108.020272/2025-90,**  
415 **23108.028840/2025-09 e 23108.031832/2025-31**), todos sob relatoria também da conselheira  
416 Priscila Stella. O primeiro trata da indicação do discente Henrique Orçati Dorileu, o segundo  
417 da discente Ana Alice Valim e o terceiro do discente Vítor Hugo da Silva Andrade, todos para  
418 recebimento da láurea universitária da UFMT. A conselheira Priscila Stella consultou a  
419 presidência e a plenária quanto à possibilidade de apreciação coletiva dos três processos, uma  
420 vez que os pareceres apresentavam conteúdos semelhantes. Obteve-se anuência da plenária.  
421 Relatou, então, que os três discentes preencheram integralmente os critérios estabelecidos pela  
422 Resolução nº 109/2023 do Consuni, incluindo conclusão no período letivo vigente, ausência  
423 de reprovações por nota ou frequência, inexistência de penalidades disciplinares, coeficiente  
424 de rendimento igual ou superior a nove e desempenho acadêmico igual ou superior a quatro  
425 nos eixos suplementares. Assim, apresentou voto favorável à concessão da láurea universitária  
426 aos três estudantes. O voto entrou em apreciação e, em seguida, houve manifestação do  
427 conselheiro da área de Física, Eralci Moreira Terézio, que parabenizou os três estudantes, com  
428 destaque especial à conquista do discente Vítor Hugo da Silva Andrade, do curso de  
429 Bacharelado em Física. Ressaltou que a concessão da láurea é rara nesse curso, devido à sua  
430 alta exigência, o que torna a conquista motivo de grande orgulho para o Instituto de Física.  
431 Mencionou ainda que, nos últimos três anos, esta foi apenas a segunda láurea concedida no  
432 curso. Afirmou que o desempenho crescente dos estudantes é reflexo do trabalho  
433 desenvolvido no Instituto e elogiou publicamente o discente Vítor Hugo, a quem lecionou em  
434 duas disciplinas, reconhecendo seu brilhantismo acadêmico. Na sequência, a conselheira  
435 Priscila Stella voltou a se manifestar, esclarecendo que a leitura e apreciação célere dos  
436 processos não representa desmerecimento aos estudantes. Informou que recebeu os processos  
437 no fim de semana e, compreendendo a importância das láureas universitárias para o currículo  
438 dos estudantes e como forma de reconhecimento institucional, empenhou-se em elaborar os  
439 pareceres no tempo exíguo. Aproveitou para ressaltar a necessidade de reavaliar os critérios  
440 atuais de concessão, considerando as especificidades de cada curso. Reiterou seus

